

MP quer barrar cadastro

FERNANDO RODRIGUES

Saulo Araújo

O cadastramento de alunos infratores na Secretaria de Educação continua provocando polêmica. A proposta do governo não foi bem digerida pelo Ministério Público do DF (MPDFT), que ameaça questionar na Justiça a iniciativa. O argumento dos promotores é que a existência de um sistema on-line, que contenha o histórico infracional dos estudantes, fere a imagem e a honra da criança e do adolescente, como consta nos artigos 143 e 144 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ontem, mais um caso de violência em escola pública foi registrado, em Ceilândia (leia matéria abaixo).

Esta semana, os promotores se reúnem com técnicos da secretaria para discutir a medida, que ainda vai entrar em fase de teste no próximo mês. Eles também irão encaminhar uma recomendação ao GDF, sugerindo que desistam da idéia. A promotora da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (Proeduc), Márcia da Rocha, explicou que o objetivo não é ir de encontro à política de combate à violência escolar, mas evitar que atos de discriminação ocorram dentro da escola.

"O governo não pode se utilizar de uma ferramenta para cadastrar alunos. Sabemos que a secretaria está fazendo isso na maior boa vontade, mas, do jeito que está sendo colocado, fere a legislação protetiva da criança e do adolescente", disse Márcia da Rocha. "É difícil dizer como será o comportamento do professor que sabe que um aluno cometeu alguma infração", completou.

O projeto, antecipado pelo Jornal de Brasília no começo deste mês, também prevê a inclusão dos atos infracionais praticados pelos estudantes fora da escola no Sistema Integrado de Gestão Escolar (Sige), que é da Secretaria de Educação. Nele, os gestores e alguns técnicos da

secretaria saberão quais os estudantes cumprem medidas socioeducativas, por exemplo. O cruzamento de dados entre as Secretarias de Educação e Segurança ainda não está definido, mas já encontra resistência.

"Não podemos admitir que esta idéia seja colocada em prática do jeito que está. Estamos esperançosos que a secretaria faça as adaptações e nos apresente um sistema que não fira nem a Constituição Federal, nem o ECA", disse a promotora.

O secretário de Educação, José Luiz Valente, afirma que o cadastro não será usado para constranger alunos infratores. "Não é para vulnerabilizar ninguém. Vamos apenas saber como lidar com esse aluno, que, às vezes, precisa de um tratamento especial e evitar que o problema da violência fique restrito à escola", justificou.

■ Lago Oeste

Um dos episódios de violência que mais assustou a comunidade escolar, este ano, foi o assassinato do professor Carlos Ramos Mota, 44 anos. Ele era diretor do Centro de Ensino Fundamental nº 4 (agora batizado com o nome do docente), no Lago Oeste, e foi morto no último dia 21 de junho. Entre os assassinos, um ex-aluno da escola.

Desde então, o clima no colégio é pesado. Quem garante é a própria viúva de Carlos, Rita de Cássia Pereira, 43 anos. "O clima não é bom. O medo ainda impera e a instabilidade emocional está atrapalhando o desempenho de alunos e professores", disse.

Ontem, ela esteve, junto com professores e estudantes do colégio, com o secretário de Segurança Pública, Valmir Lemos de Oliveira, para pedir que o posto da PM, desativado há mais de quatro anos no Lago Oeste, volte a operar. O secretário prometeu avaliar o assunto e dar uma resposta até quinta.



■ No CEF 308, ADOLESCENTE DEU TESOURADAS EM DOIS COLEGAS, DURANTE AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA: SANGUE FICOU ESPALHADO NO CHÃO